



cfp
BOLETIM DO CLUBE
FILATÉLICO DE PORTUGAL

Nº 429 . Setembro de 2010

Publicação Trimestral
Distribuição Gratuita aos Sócios



Índice

Cartas de Inglaterra para o Brasil pelo Pacote do Rio de Janeiro (1811-1815) <i>Luís Frazão</i>	7
1.ª Guerra Mundial * Campo de Prisioneiros Alemães de Angra do Heroísmo * Ilha Terceira, Açores <i>Eduardo Barreiros e Luís Barreiros</i>	37
Sobrecarga "Republica" local (1913) * Angola, Distrito Postal do Congo e S. Tomé e Príncipe <i>Elder Manuel Pinto Correia</i>	65
1862 to 1864 - The first revenue stamp issue of Portugal * The story behind the De La Rue Contract <i>John R. G. Dahl</i>	89
A minha filatelia * Notas sobre o selo de 20 C. da emissão Ceres, Continente, dita de 1917-1920 <i>Pedro Gonçalves Grade</i>	113
L'Émission au Type Aigle et les tarifs coloniaux intérieurs <i>Michèle Chauvet</i>	127
A UPU e o correio de bordo em Portugal Continental e na Madeira entre 1892 e 1934 <i>Acácio Horta da Luz</i>	135
Curiosidades em Obliterações Postais <i>J. Miranda da Mota</i>	149
Selos Clássicos de Relevô de Portugal * Variedades não catalogadas (I) <i>Fernando Bernardo</i>	161
Monarquia do Norte * Percurso de uma coluna republicana <i>Guilherme Rodrigues</i>	167
Moçambique - História Postal * Uma carta rara da 1.ª Guerra Mundial <i>Altino da Silva Pinto</i>	181
República de Moçambique * Os misteriosos avisos de chegada de encomendas postais processados nos primeiros meses do novo País <i>Jorge Luís P. Fernandes</i>	187
A Povoação de FONTESVILLA e o Caminho-de-ferro da Beira <i>Joaquim Lopes Trindade</i>	201
Selos de Moçambique - Provas e Ensaios <i>Carlos Kullberg</i>	207
<u>Portugal pioneiro das emissões conjuntas</u> <i>René Rodrigues da Silva</i>	229
O Correio por Pombo <i>Luís Armando Martins Barroso</i>	235
Penitenciária de Lisboa * Marcas de Censura <i>Joaquim Sousa Lobo</i>	245
Inteiros Postais Inéditos <i>Armando Bordalo Sanches</i>	249
Eventos Filatélicos e Inteiros Postais <i>Horácio Magioli Novais</i>	261
Macau * As emissões de recurso do bilhete-postal simples de 1 avo (1897-1903) <i>José Fernandes Guerreiro</i>	269
Açores * Operação Alacrity <i>Luís Manuel S. Fernandes</i>	273



Portugal

pioneiro das emissões conjuntas



René Rodrigues da Silva
renesilva@mail.netcabo.pt



Há uns quinze/vinte anos, no mundo sempre fascinante da Filatelia, teve início um frenesi – que veio a mostrar-se muito dinâmico – dedicado às emissões conjuntas.

Antes de demonstrar que Portugal foi pioneiro neste tipo de colecionismo filatélico, importa debruçarmo-nos sobre o que são, de facto, “emissões conjuntas”. Esta precaução afigura-se-nos justificável em virtude da designação ser relativamente recente e, no passado, outras denominações, com finalidade semelhante, terem sido utilizadas: emissões omnibus; emissões simultâneas; emissões gêmeas; emissões múltiplas; e emissões comuns.

De entre as definições disponíveis, a nossa preferência vai para a que se encontra no “Catalogue of Joint Stamp Issues – 2006”, da autoria de Richard Zimmermann (a). Esta opção assenta no facto de nos parecer ser uma escolha correcta e, acessoriamente, ser da responsabilidade de um filatelista de mérito que ao assunto tem dedicado todo o seu saber e a que acresce sublinhar uma capacidade de investigação notável – o que não quer dizer que todas as opções adoptadas por aquele autor nos mereçam inteira concordância.

Considera Zimmermann que estamos perante uma emissão conjunta **“quando duas ou mais administrações postais chegam a um acordo quanto à produção de novos selos postais ou outros materiais filatélicos afins para uso postal de interesse comum e os emitem dentro de um calendário pré-definido”**.

Tanto quanto nos recordamos, esta designação, acertadamente adoptada pelos Serviços de Filatelia dos CTT (fig. 1), foi antecedida, no nosso país, por emissões omnibus, cuja configuração encontramos no “Philatelic Terms Illustrated”, da autoria de James Mackay (b).

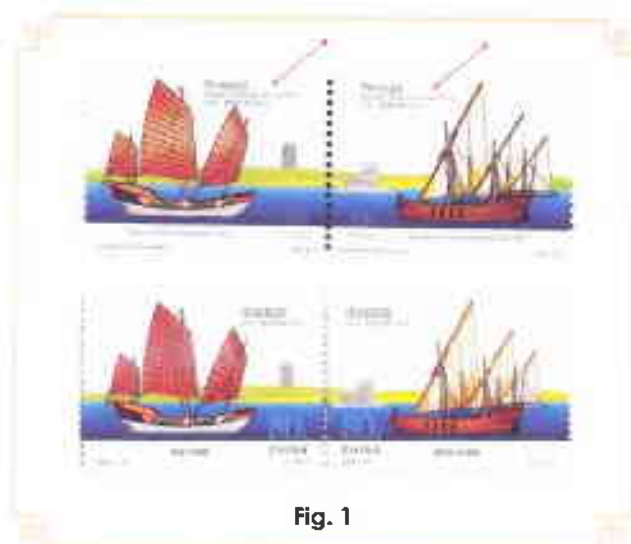


Fig. 1

A propósito das definições com que nos deparamos, parece interessante sublinhar que um dos mais prestigiados dicionários filatélicos, o "Dictionnaire Philatélique Postal", da responsabilidade da Academia de Filatelia (francesa) e da Academia Europeia de Estudos Filatélicos e Postais (hoje, Academia Europeia de Filatelia), na sua edição de 1999, ainda ignorava a terminologia que, de momento, mobiliza a nossa atenção.

Da consulta da definição acima transcrita, por tradução livre, e de outras que nos assegure qualidade técnica desejável, ressalta que as emissões em estudo, em princípio, devem apresentar as seguintes características, sendo as duas primeiras determinantes:

- a) envolver, pelo menos, a participação de duas administrações postais;
- b) os selos devem revestir a natureza comemorativa;
- c) os respectivos valores devem ser expressos em moedas diferentes;
- d) as datas do lançamento em circulação podem/devem ser acordadas entre as administrações postais interessadas.

São exemplos "perfeitos" do que acabámos de referir os selos que, em 1937/38 foram emitidos pela Grécia, Jugoslávia, Roménia e Turquia, alusivos ao Pacto Balcânico (fig. 2). Para muitos filatelistas de créditos firmados, estes selos são os autênticos decanos das emissões conjuntas, em virtude de, pela primeira vez, surgirem preenchidos os quatro requisitos acima referidos.



Fig. 2



A propósito dos valores dos selos (a terceira característica das emissões conjuntas), convém salientar que, com a criação do Euro, o assunto impõe, por certo, que esta característica seja encarada com ponderação e grande abertura de espírito. Se assim não acontecer, por exemplo, tecnicamente, as emissões Portugal/Espanha, consagradas às "Pontes Ibéricas" (2006), não poderiam ser consideradas conjuntas, o que na realidade não acontece – e, quanto a nós, bem.

O catálogo Zimmermann, além de nos facultar o tipo de informação que se espera de um catálogo especializado, oferece-nos ainda uma estimulante introdução sobre a estrutura do mesmo, ressaltando a adopção de um tipo de arrumação destas emissões em grupos e subgrupos que, embora defensável, se nos afigura, no entanto, excessiva, nomeadamente quando propõe para as emissões "conjuntas" dos territórios ultramarinos e colónias um "estatuto" subalterno ou de menoridade.

Neste catálogo dedicado inteiramente às emissões conjuntas (e que deveria existir na Biblioteca do nosso Clube), é referenciado que os primeiros precursores, seriam os selos da Áustria e da Hungria, de 1867 (c). Esta afirmação, com a qual estamos em desacordo, não merece a nossa aquiescência.

Com finalidade semelhante mas noutro contexto, tive a oportunidade de escrever n' "A Filatelia Portuguesa" (nº 112, de Dezembro de 2002) que *"Nada temos a objectar quanto à classificação de precursores mas julgamos existir um exemplo anterior de 15 anos. O reputado filatelista italiano Franco Filanci reivindica o título de primeiro precursor das emissões conjuntas para os selos de Parma e Módena, lançados em circulação em 1 de Junho de 1852. Qualquer que seja a atitude do leitor quanto a esta matéria, a verdade é que nenhuma destas emissões almejava tal propósito."* Daí insistimos para o facto da maioria dos filatelistas considerar que primeira emissão conjunta ser a que acima mencionámos: os selos dedicados à assinatura do Pacto Balcânico (d) pelos quatro países já referidos (comemorativos, propósito comum, moedas diferentes e datas de lançamento em circulação acordadas entre as administrações postais interessadas).



Fig. 3

Apresentadas as reflexões que o senso comum nos aconselhou, vejamos agora qual é, para nós, a emissão merecedora de ser considerada a pioneira das emissões conjuntas e, com grande grau de certeza, a primeira a surgir no mundo filatélico.

Para o autor destas linhas, o "diploma" de decano deveria ser atribuído, sem necessidade de recorrer a grandes distorções, às emissões portuguesas **comemorativas** de 1898 consagradas ao "Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia" (fig. 3; Portugal continental); Açores (fig. 4); Madeira (fig. 5), bem como às emissões especialmente preparadas para as colónias de África (fig. 6), Índia (fig. 7),



Macau (fig. 8) e Timor (fig. 9), num total de 56 selos (d), caso estivessem envolvidas duas administrações postais – o que, de facto, não aconteceu, embora tivessem estado implicados no processo dois ministérios: o das Obras Públicas, Comércio e Indústria e o da Marinha e Colónias.



Fig. 4



Fig. 5

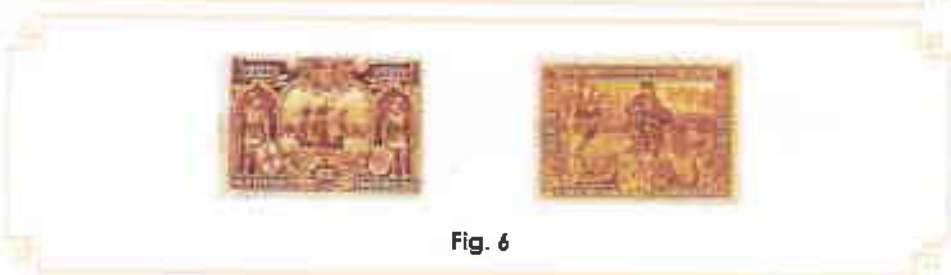


Fig. 6

Quanto à “defesa” aqui delineada do pioneirismo de Portugal em relação às emissões conjuntas, acresce ainda sublinhar que as nossas emissões também preenchem a exigência constante da alínea (c) – os seus valores devem ser expressos em moedas diferentes – visto que as taxas dos selos da Índia, Macau e Timor serem expressas em tangas e avos, moedas que não circulavam no Portugal europeu, e que, como todos sabemos, inclui os Açores e a Madeira – realidade ignorada por alguns catálogos estrangeiros, que situam estas ilhas no continente africano.

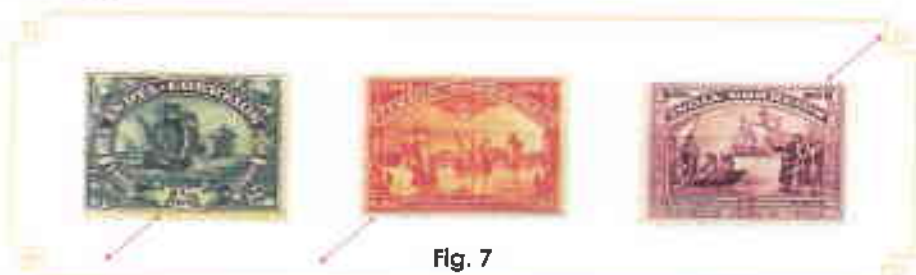


Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

Estas emissões caracterizam-se pelo facto das gravuras (oito) serem idênticas, o que, obviamente, não sucede quanto ao texto. A emissão cuja legenda inclui a palavra AFRICA (ver fig. 6) era comum a diversas colónias, a saber: Angola, Cabo Verde, Congo, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Em jeito de conclusão, e na companhia de filatelistas de prestígio internacional (James Mackay e Marcel Hunzinger, entre outros), reivindicamos para a nossa emissão **comemorativa** de 1898, dedicada ao 4º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, o estatuto de ter sido a primeira emissão conjunta a ser posta a circular em todo o mundo. O pioneirismo que estas emissões patenteiam é, neste caso, claro, manifesto e inegável (f).

Este conceito apenas foi retomado 33 anos depois, pela França (fig. 10), em 1931, aquando da Exposição Colonial Internacional de Paris (108 selos) e, em 1935, pela Commonwealth Britânica (fig. 11), por ocasião do Jubileu de Prata do rei Jorge V (250 selos).



Fig. 10



Fig. 11

Para terminar, é curial realçar que nestas emissões (tanto francesa como britânica) os selos lançados em circulação na "mãe pátria" não eram semelhantes aos que foram preparados para os territórios ultramarinos – ao contrário do que sucedeu com as emissões portuguesas.



- (a) Zimmernann, Richard – CATALOGUE OF JOINT STAMP ISSUES – 2006 Edição do autor (?), 732 páginas. Trata-se de uma revisão renovada e modernizada, agora em inglês, de uma edição, em francês, de 1997. Este catálogo é actualizado anualmente. Nestes termos, já foram publicados os Suplementos de 2007, 2008, 2009 e 2010.
- (b) MacKay, James – PHILATELIC TERMS ILLUSTRATED. Edição de Stanley Gibbons Publications L.td London and Ringwood, 188 páginas. Na página 103 encontramos a definição de OMNIBUS ISSUE: "An issue of stamps made by a number of countries simultaneously to commemorate the same person or event, and formerly using uniform designs. The first omnibus issue was made in 1898 by Portugal and her overseas colonies for the quatercentenary of Vasco da Gama's discovery of the sea route to x India. Subsequently France (1931) and the British crown colonies (1935) produced omnibus issues". O sublinhado é da nossa responsabilidade.
- (c) Atenção: não estamos a falar de selos comemorativos.
- (d) O "Pacto Balcânico" foi assinado em 9 de Fevereiro de 1934, em Belgrado, pela Grécia, Jugoslávia, Roménia e Turquia, na sequência da iniciativa do ministro romeno Titulesco. A Bulgária, convidada, não assinou o Pacto.
- (e) Nesta "contabilidade" não foram incluídos, como é de calcular, os selos desta emissão que, por volta dos anos de 1913/1914, com diversas sobrecargas e sobretaxas, foram lançados em circulação. Para mais e melhor informação sobre o assunto, aconselhamos a leitura do esmerado e pormenorizado artigo "IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia – Sobrecargas e sobretaxas – Colónias Portuguesas", de Elder Manuel Pinto Correia, publicado no nosso Boletim nº 428, de Junho de 2010.
- (f) Se não fosse a exigência, que se nos afigura perfeitamente justificada, destes selos deverem ser comemorativos, já em 1886/88, com os selos "D. Luís – Fita direita", Portugal havia tentado algo a que, mais tarde, seria dada a designação de emissões omnibus ou conjuntas.

